

Educação e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

Reflexões e Análises



Ivanio Folmer
Gabriella Eldereti Machado
Liziany Müller
Organização

ARCO
EDITORES ● ● ●

Educação e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

Reflexões e Análises



Ivanio Folmer
Gabriella Eldereti Machado
Liziany Müller
Organização

ARCO
EDITORES ● ● ●

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI/SC.

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán, UFCE- Colômbia.

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos, UFSM- Santa Maria/RS.

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de Oliveira Brito, UAL - Lisboa- Portugal.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS- Passo Fundo/RS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS - Chapecó/SC.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, UFES - Vitória/ES.

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM- Santa Maria/RS.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC- Santa Cruz do Sul/RS.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS - Porto Alegre/RS.

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch, UFSM- Palmeira das Missões/RS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU– Uberlândia/MG.

Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF- Juiz de Fora/MG.

Profa. Dra. Angelita Zimmermann, UFSM- Santa Maria/RS.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN - Santa Maria/RS.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação e as tecnologias digitais da informação e comunicação [livro eletrônico] : reflexões e análises / Ivanio Folmer, Gabriella Eldereti Machado, Liziany Müller, organização. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-012-3

1. Educação 2. Inovação tecnológica 3. Inovações educacionais 4. Tecnologia educacional 5. Tecnologias digitais I. Folmer, Ivanio. II. Machado, Gabriella Eldereti. III. Müller, Liziany.

22-115911

CDD-371.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Tecnologias digitais na educação 371.33

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

Organizadores: Ivanio Folmer, Gabriella Eldereti Machado e Liziany Müller

ARCO EDITORA
Telefone: 5599723-4952
contato@arcoeditores.com
www.arcoeditores.com

SUMÁRIO

CAPITULO 1

CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INCLUSÃO ESCOLAR.....6

Edilania Reginaldo Alves

Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos

Franciele Basílio de Souza

Ana Darque Oliveira dos Anjos

Lorena Brito Goes Vieira

doi: 10.48209/978-65-5417-012-1

CAPITULO 2

ANÁLISE DE DISCURSO TECNOLÓGICO E DA PROPOSTA DE HOMESCHOOLING NO CAMPO EDUCACIONAL.....24

Alexandre Dijan Coqui

doi: 10.48209/978-65-5417-012-2

CAPITULO 3

A CRISE DO ENSINO DO DIREITO E AS METODOLOGIAS ATIVAS: RELATO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA COM PROTAGONISMO DOS ALUNOS NA PANDEMIA.....41

Raquel von Hohendorff

doi: 10.48209/978-65-5417-012-4

SOBRE OS ORGANIZADORES.....56

SOBRE OS AUTORES.....59

CAPÍTULO 1

CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INCLUSÃO ESCOLAR

Edilania Reginaldo Alves

Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos

Franciele Basílio de Souza

Ana Darque Oliveira dos Anjos

Lorena Brito Goes Vieira

Doi: 10.48209/978-65-5417-012-1

Introdução

A atual legislação brasileira vem condicionando um crescente número de matrículas, do Público Alvo da Educação Especial-PAEE, contudo, este vem desafiando as escolas a ressignificarem suas práticas, já que o direito ao acesso à mesma, não pode ser reduzido ao ato da matrícula e se faz necessário a solidificação de estratégias que visem efetivar o desenvolvimento da aprendizagem deste público.

Nesse contexto, a discussão sobre o uso das Tecnologias começa a se expandir no meio acadêmico e especificamente na área da Educação Especial Inclusiva, visando contribuir para a qualidade de vida, inclusão educacional e social do

PAEE (MANZINI; SANTOS, 2002). Nesse sentido, Pelosi e Nunes (2011, p.53) enfatizam que “no processo de inclusão escolar das crianças com deficiência física, o uso da Tecnologia Assistiva se mostra essencial”. Frente a essas considerações surge a seguinte problemática: Como a Tecnologia Assistiva pode contribuir para a Inclusão Escolar?

A escolha pela problemática se deu pelo desejo de entender como a Tecnologia Assistiva pode amenizar as barreiras do processo de ensino-aprendizagem, advindas das necessidades específicas deste público. Para tanto o presente estudo teve como Objetivo Geral: Apresentar as contribuições da Tecnologia Assistiva para inclusão escolar, e como Objetivos Específicos: 1) Expor o conceito e importância da Tecnologia Assistiva, 2) Exibir um breve histórico da introdução da Tecnologia Assistiva no ambiente escolar; 3) Discutir a estíma da Tecnologia Assistiva no processo de aprendizagem do PAEE. Almeja-se que o presente estudo possa colaborar com a reflexão de boas alternativas que vejam a tecnologia como um recurso que possibilite a real inclusão deste segmento.

Diante dessas considerações, para alcançar os objetivos propostos, utilizamos a abordagem qualitativa, entendendo-a como a mais adequada para este estudo já que pretendemos compreender os aspectos teóricos sobre as contribuições da Tecnologia Assistiva para Inclusão Escolar e seus mecanismos de operacionalização.

Segundo Minayo (1994), esta trabalha com um universo de significados e valores e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Sobre isto, Lakatos e Marconi (2001) subentendem que o método qualitativo é focado como um trabalho de conhecimento social que: “[...] atinge dimensões como a simbólica, que contempla os significados dos sujeitos, a história que privilegia o tempo consolidado do espaço real e analítico e por fim a concreta que

se refere às estruturas aos atores sociais em relação” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.35).

Para coleta dos dados e produção das reflexões apresentadas, foram realizados estudos baseados nos seguintes autores: (ALMEIDA; FONSECA JÚNIOR, 2000; BERSCH, 2017; CARVALHO, 2001; CONTE; LIANE; BASEGIO, 2017; GIROTO; POKER; OMOTE, 2012; GONZÁLEZ, 2002; MANZINI; SANTOS, 2002; MORAN; MASSETO; BEHRENS, 2000; PASINI, 2000; PELOSI; NUNES, 2009; PORTO, 2006; SANTAROSA, 1997; SOUZA; MOITA; CARVALHO, 2011) e dessa forma podemos caracterizar a pesquisa como de cunho bibliográfico. Para Gil (2002, p. 44), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base no material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Fundamentado nos autores supracitados, estruturamos este estudo em três tópicos. O primeiro: Introdução das Tecnologias no ambiente escolar. Aborda um pouco a respeito da disseminação das tecnologias e como elas passaram a ser inseridas no contexto escolar. O segundo: Contribuição das Tecnologias para o processo de aprendizagem do Público Alvo da Educação Especial (PAEE), discute, como as Tecnologias podem ser utilizadas para dirimir as barreiras no processo de ensino-aprendizagem do PAEE. O terceiro: Tecnologia Assistiva: Conceito e Importância. Apresenta o que é Tecnologia Assistiva, pontuando sua importância para aprendizagem deste público.

Por fim, apresentamos nossas considerações acerca da análise dos dados. A análise pontuada neste estudo, não representa um fim em si mesma, mas traz elementos importantes para a crítica e superação de práticas, que continuam por deixar este segmento à margem desse processo, pontuando a Tecnologia Assistiva como uma alternativa para tal.

Introdução das Tecnologias no Ambiente Escolar

Desde o início da história da humanidade é possível observar a utilização de tecnologias, inicialmente mais rudimentares, essenciais para que os seres humanos pudessem evoluir e sobreviver. O avanço progressivo das tecnologias vem influenciando e transformando a sociedade de forma cada vez mais intensa (KOHN; MORAES, 2007).

A utilização das tecnologias tornou-se algo natural na vida da maioria das pessoas. Elas estão presentes em todos os setores da sociedade, de modo que proporcionam cada vez mais facilidade e dinamizam nossas tarefas diárias, desde as mais simples como pagar uma conta, até as mais complexas, como a realização de um procedimento cirúrgico, por exemplo.

As tecnologias também estão cada vez mais sendo utilizadas nas salas de aula. Pensando a educação como um processo, é fundamental que ela passe por um aprimoramento, que evolua com o restante da sociedade. E o uso das tecnologias como ferramentas pedagógicas no ambiente educacional, pode exercer um papel importante no processo de ensino e aprendizagem, de modo que proporcione maior interação nas classes e que possibilite diversas formas de ensinar e de aprender.

Com o surgimento de tecnologias cada vez mais avançadas é necessário que as escolas se distanciem dos modelos educativos tradicionais, onde os/as estudantes são meros expectadores, e adotem modelos que preconizam o protagonismo estudantil em que as mais diversas tecnologias estejam inclusas.

A escola está competindo com meios mais atraentes, como a TV, o computador ou o MP4, por exemplo. No mundo atual, os jovens apreciam outras sensações (audiovisuais, afetivas, motoras), o que é diferente da proposta da maioria das escolas. São outras maneiras de compreender, de perceber, de sentir e de aprender, em que a afetividade, as relações, a imaginação e os valores não podem deixar de ser considerados. São alternativas de aprendiza-

gens que auxiliam a interagir, a escolher e a participar nas estruturas sociais e educativas. (PORTO, 2006, p. 45).

Pensar na Educação do século XXI é pensar em uma Educação 5.0 na qual os recursos tecnológicos estão presentes no processo pedagógico, de modo que haja uma interação enriquecedora entre estudantes e tais recursos. Não se trata apenas de ter computadores, celulares, internet e outros meios de tecnologia no ambiente escolar, mas ter a tecnologia e torná-la aliada no processo de ensino e aprendizagem. É preciso, mais do que nunca, abandonar o modelo de educação Eurocêntrico do século XIX, que infelizmente ainda se faz presente em muitas escolas e construir uma escola inovadora, que acredite em seus atores e que esteja aberta às mudanças necessárias.

Neste sentido, vale destacar que a inclusão das tecnologias na Educação está ligada à qualidade do ensino e conseqüentemente a resultados satisfatórios, mas claro que levando-se em consideração a utilização das mesmas a partir de ações bem planejadas e de acordo com as concepções pedagógicas. Para tanto é imprescindível que a escola esteja organizada e que a equipe docente esteja preparada para lidar com esta nova forma de ensinar, percebendo que: “[...] tem um grande leque de opções metodológicas, de possibilidades de organizar sua comunicação com os alunos, de introduzir um tema, de trabalhar com os alunos presencial e virtualmente, de avaliá-los” (MORAN; MASSETO; BEHRENS, 2000, p. 29).

Diante da realidade das escolas, ao adotar as mais diversas tecnologias como meios metodológicos no processo de ensino e aprendizagem, é fundamental que os/as professores/as tenham acesso a processos formativos que preconizam o uso adequado dessas ferramentas, de modo que os resultados esperados sejam alcançados.

O valor da tecnologia na educação é derivado inteiramente da sua aplicação. Saber direcionar o uso da Internet na sala de aula deve ser uma atividade de responsabilidade, pois exige que o professor preze, dentro da perspectiva progressista, a construção do conhecimento, de modo a contemplar o desenvolvimento de habilidades cognitivas que instigam o aluno a refletir e compreender, conforme acessam, armazenam, manipulam e analisam as informações que sondam na Internet. (ARAÚJO, 2005, p. 23-24)

Não se trata apenas de ter uma escola com uma sala de informática bem equipada e com uma rede de internet de qualidade. Se não houver planejamento e objetividade o uso das tecnologias não fará diferença na vida escolar dos/as estudantes. Essas ferramentas precisam estar presentes no plano de aula dos/as professores/as e este plano deve ser colocado em prática, de modo que tanto os/as estudantes quanto os/as docentes tenham a possibilidade de experienciar diferentes formas de utilização das mesmas.

É importante que os/as professores/as estejam abertos para a mudança e que não tenham receio das novidades tecnológicas que estão cada vez mais presentes na educação. Estes profissionais precisam entender as tecnologias como ferramentas que estão sendo postas para facilitar o trabalho que desenvolvem e para serem aliadas no processo de ensino e aprendizagem, visto que contribuem para maior autonomia dos/as discentes. O sucesso da utilização das tecnologias em sala de aula depende, em parte, de como o/a docente entende esse processo de transformação e de como ele/a se sente ao se deparar com essas mudanças (SOUZA; MOITA; CARVALHO, 2011).

Desse modo, assim como o/a professor/a precisa compreender a utilização das tecnologias na educação, o/a estudante também precisa ter este entendimento. Todos/as devem ter clareza de que o uso das tecnologias vai além da diversão, do entretenimento. Os objetivos que norteiam a inclusão dessas ferramentas digitais no ambiente escolar devem ser apresentados a toda comunidade escolar, bem como os benefícios que elas trazem.

Contudo é possível afirmar que as tecnologias quando aplicadas de maneira correta na educação tornam-se ferramentas importantes que auxiliam o trabalho docente e contribuem para o aprendizado dos discentes, proporcionando bons resultados educacionais. Além disso, as tecnologias também favorecem a inclusão do público alvo da Educação Especial- PAEE, (CARVALHO, 2001). Sobre este ponto discorreremos no próximo tópico deste texto.

Contribuição das Tecnologias para o Processo de Aprendizagem do Público alvo da Educação Especial (PAEE)

As transformações advindas da contemporaneidade vêm cada vez mais nos inserindo em uma dinâmica tecnológica que nos últimos anos vem sendo utilizada para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, incorporando-se na prática docente como um suporte na escolarização, visto que:

Acreditamos que essas inovações nos ambientes escolares trarão reflexos positivos sobre os processos de ensino-aprendizagem [...] Acreditamos que as novas tecnologias da informação e da comunicação podem contribuir decisivamente para o trabalho daqueles educadores que vislumbram, no futuro, a escola com novas responsabilidades diante de uma nova sociedade do conhecimento (ALMEIDA; FONSECA JÚNIOR, 2000 p. 61-62).

Frente às características advindas do público-alvo da educação especial, PAEE, as tecnologias são vistas como uma possibilidade de auxílio na sua escolarização, pois: “A utilização das diferentes estratégias e recursos tecnológicos permite atenuar as dificuldades que alguns sujeitos com necessidades educativas especiais têm não só durante o período de escolarização, como em sua posterior incorporação ao mundo do trabalho” (GONZÁLEZ, 2002, p. 185).

Percebe-se que a utilização das tecnologias contribui para dirimir as barreiras advindas das necessidades específicas deste público, na medida em que

oportunizam a assimilação do conhecimento através do suporte advindo das mesmas, posto que elas vem transformando as formas de ensino-aprendizagem nos ambientes escolares através do uso de: computadores, tablets, celulares, Internet, aplicativos/software, inteligência artificial, realidade aumentada, ambientes virtuais de aprendizagem, dentre outros.

Disponibilizar recursos tecnológicos é possibilitar a acessibilidade deste segmento na realização e participação das atividades desenvolvidas no ambiente escolar, posto que o processo de construção de aprendizagem mediado pelas tecnologias ajuda na promoção da autonomia e independência deste público, na medida em que:

[...] a informática e as demais tecnologias de informação e comunicação não representam um fim em si mesmas. São procedimentos que poderão melhorar as respostas educativas da escola e contribuir, no âmbito da educação especial, para que alunos cegos, surdos, com retardo mental, com paralisia cerebral, paraplégicos, autistas, multideficientes, superdotados, dentre outros, possam atingir maior qualidade nos seus processos de aprendizagem e de exercício da cidadania. (CARVALHO, 2001, p. 67)

Sob a ótica de uma perspectiva inclusiva, que pressupõe a necessidade da utilização de recursos diversificados, a fim de que através destes se possa facilitar o acesso aos conteúdos curriculares, por meio da operacionalização de práticas que contemplem os diversos estilos de aprendizagem e necessidades específicas. As tecnologias são indispensáveis na superação de barreiras que impedem a escolarização deste segmento, já que oferecem condições metodológicas e pedagógicas para dirimir a exclusão. Dessa forma, devem ser utilizadas a favor daqueles que apresentam peculiaridades que lhes impedem ou dificultam a aprendizagem pelos meios convencionais.

Por tudo isso, as Tecnologias têm sido vistas como aliadas na Educação Inclusiva, já que representam uma possibilidade concreta de incluir o PAEE em

ambientes de aprendizagem, neutralizando as barreiras causadas pela deficiência.

Já que:

A tecnologia favorece ao público da educação inclusiva, principalmente quando se refere ao aumento do potencial desses indivíduos, compensar os efeitos da deficiência e fornecer modelos alternativos de desempenho nas tarefas, possibilitando a eles se sentirem capazes de realizar diferentes ações que antes eram consideradas utópicas. (PASINI, 2000, p. 18).

Assim sendo, torna-se válido a utilização das tecnologias como um suporte para inclusão, posto que, consideramos que para promoção de uma prática pedagógica inclusiva, se faz necessário a criação de ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade e para tal é necessário à adoção de práticas inovadoras que oferecem alternativas viáveis de ensino.

Reconhecer a importância e relevância das tecnologias para uma prática inclusiva, consiste em desenvolver propostas que proporcione a participação efetiva de todos/todas os/as estudantes, visto que os recursos tecnológicos nos permite abordar o ensino de diferentes formas, sendo um importante instrumento para operacionalização de uma educação que inclua todos. Neste âmbito, (SANTAROSA, 1997, p. 67), pontua:

A importância que assumem essas tecnologias no âmbito da Educação Especial já vem sendo destacada como a parte da educação que mais está e estará sendo afetada pelos avanços e aplicações que vêm ocorrendo nessa área para atender necessidades específicas, face às limitações de pessoas no âmbito mental, físico-sensorial e motoras com repercussão nas dimensões sócio-afetivas.

A necessidade advinda desse público e a forma como estas refletem no ambiente educacional, traz novas exigências, condicionando os docentes a buscarem novas alternativas de atuação na mediação da construção do conhecimento e as tecnologias vêm se apresentando como uma alternativa para este suporte.

Desse modo, entendemos que os/as docentes que utilizam as tecnologias digitais em sua prática, podem contribuir para o aprimoramento das aulas, transformando a maneira de ensinar e aprender, e essas características torna-se um *locus* oportuno para inclusão. Uma vez que as tecnologias digitais se configuram como um elemento imprescindível para a implementação de um sistema educacional inclusivo, pois possibilita o acesso aos conteúdos curriculares, por meio de uma organização diferenciada das atividades de forma a atender as condições e as especificidades do PAEE.

Nesse sentido, Giroto, Poker e Omote (2012, p. 21) destacam:

As aplicações das TIC para a realização de atividades traz uma série de vantagens, tais como: a individualização do ensino respeitando o ritmo e o tempo de realização de atividade de cada aluno; a flexibilidade que viabiliza o uso de canais sensoriais distintos; a avaliação contínua e dinâmica; a auto avaliação; a manutenção da mesma atividade/exercício de acordo com as necessidades educacionais do aluno; o ajuste do nível de complexidade da atividade; o desenvolvimento de hábitos e de disciplina para sua utilização; a motivação, pois podem ser inseridos temas, cores, figuras, formas que atendem aos interesses dos alunos estimulando-os, de diferentes maneiras, a realizar as atividades propostas, entre outras.

Considerando a relação entre tecnologias e inclusão, na próxima sessão deste estudo discorreremos a respeito da Tecnologia Assistiva, tendo em vista que as mesmas são referências de suporte para este público, onde iremos apresentar seu conceito e importância no processo de ensino-aprendizagem do PAEE.

Tecnologia Assistiva: conceito e importância

O uso das tecnologias a favor da inclusão é uma realidade e uma necessidade cada vez maior. Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva é um recurso essencial, e ainda é pouco conhecido no Brasil, embora já existam alguns documentos e pesquisas relacionados ao tema no país, mas, a Tecnologia Assistiva não é uma

novidade no cenário internacional, pois vem sendo difundida há muito tempo (CONTE; LIANE; BASEGIO, 2017).

Em 2006, no Brasil foi instituído o CAT - Comitê de Ajuda Técnica, com objetivo de, entre outras deliberações, pesquisar sobre propostas existentes referente à Tecnologia Assistiva, no intuito de organizar de forma sistemática os recursos disponíveis e necessários em Tecnologia Assistiva que promovam um melhor desenvolvimento do PAEE.

A necessidade de utilizar a Tecnologia Assistiva como prática pedagógica cresce a cada dia, e com o aumento e disponibilidade dos recursos tecnológicos digitais as possibilidades de utilizá-la no contexto educacional inclusivo são ainda maiores (BERSCH, 2017). É importante conhecer melhor o que é a Tecnologia Assistiva e os impactos que esta proporciona aos estudantes, bem como os direitos assegurados ao PAEE, para proporcionar uma oferta bem direcionada, no processo de desenvolvimento social, cultural, intelectual e psicológico, principalmente para este público.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de nº13.146/15, Art. 2º define:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, np).

A oferta de educação especial vem crescendo há alguns anos no Brasil (BERCH, 2017). Os estudantes PAEE, estão inseridos no contexto escolar, em atendimento a uma gama de documentos nacionais e internacionais que regem o campo da educação e da sociedade como um todo, e estabelecem medidas para o atendimento a esse público no ensino regular.

Na promoção da educação inclusiva, existem documentos que garantem o uso da Tecnologia Assistiva como forma de instrumentalização para possibilitar

equidade no ensino ao PAEE. Essa tecnologia, sendo utilizada a favor da aprendizagem, além de ampliar as possibilidades de autonomia, independência e interação, garantem melhores resultados no campo pedagógico. A LBI - Lei Brasileira de Inclusão de nº13.146/15, no Art. 3º inciso III define:

Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 2).

A educação segundo a BNCC (2017) visa à formação integral do estudante por meio de competências gerais para a educação básica, objetivando o desenvolvimento do cognitivo, do afetivo e do instrumental, no seguinte texto:

Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017, p. 14).

Essa formação integral é desenvolvida de forma intencional e interdisciplinar desde o primeiro contato com o estudante até o último, o que inclui todos os estudantes, independentemente do nível de ensino ou modalidade, considerando todos os seus aspectos ao longo da vida escolar. A BNCC (2017) afirma ainda que as experiências nos diversos contextos em que a criança vive a sua interação com as mais diversas tecnologias da informação e comunicação, estimulam a curiosidade, a formulação de perguntas possibilitando aos estudantes ampliar sua compreensão de mundo.

Quando essa oferta não é uma realidade na Unidade Escolar, o desenvolvimento do PAEE é comprometido, impedindo a sua participação plena nos processos de aprendizagem.

O acesso e permanência ao ensino, de forma sistematizada é capaz de transformar o indivíduo e a sociedade, aumentando as perspectivas de um mundo melhor, que possibilite ao cidadão, vivenciar melhores e maiores oportunidades de participação ativa e autônoma. A Tecnologia Assistiva tem como principal objetivo promover autonomia, e, é necessária no ambiente escolar, segundo (BERSCH, 2017, p. 12):

Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente.

Essa Tecnologia Assistiva, facilita o processo de aprendizagem do PAEE, mas, não é exclusiva do campo educacional, abrange todas as áreas de convívio e interação social, visto que este público participa de todos eles.

A educação escolar tem uma tarefa clara em relação ao desenvolvimento humano e deve ser ofertada a todos. Promover igualdade de condições ao estudante, tem sido uma preocupação recorrente na educação inclusiva, com o objetivo de proporcionar seu acesso e permanência, de modo a contribuir para que o estudante com alguma limitação, através da interação, o conhecimento e as experiências cotidianas desenvolva os aspectos sociais, morais, éticos e familiares entre outros.

Mover recursos para atender a Educação Básica é uma necessidade contínua, contemplando assim a Educação Inclusiva, onde há uma necessidade ainda maior, pelo fato de que algumas limitações vivenciadas por este público dificultam a sua interação e participação plena nos processos de aprendizagem.

Não existe escola nem turma homogênea, a diversidade cultural, econômica, religiosa, de raça e de conhecimento, entre tantas outras é uma realidade na educação. Sendo assim, é o que faz do processo educacional momentos de grandes descobertas, que possibilita o aprender a ensinar, o compartilhar experiências e o conhecer melhor a singularidade de cada um, no brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, com a instrumentação devida. Entre os fatores relativos à escola, a Declaração de Salamanca (1994) afirma:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (...) Tecnologia apropriada e viável deveria ser usada quando necessário para aprimorar a taxa de sucesso no currículo da escola e para ajudar na comunicação, mobilidade e aprendizagem (BRASIL, 1994, np).

As necessidades educacionais do PAEE devem ser atendidas pela escola, inclusive com a Tecnologia Assistiva, para melhorar o desenvolvimento das habilidades educacionais, conforme a necessidade individual de cada estudante, independentemente de suas diferenças ou dificuldades, para promover igualdade de condições e equidade na participação do estudante no processo de aprendizagem.

Resultados e Discussão

Conforme discorreremos neste estudo, é notório que as Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC's e de modo específico a Tecnologia Assistiva vem contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do PAEE. Os autores que

fundamentaram esta análise, apresentam que as tecnologias são ferramentas que despertam o interesse dos/das estudantes, posto que possibilita uma oferta de ensino diversificado e dinâmico, contribuindo para mudanças significativas na prática pedagógica e oportunizando uma maior acessibilidade aos conteúdos curriculares.

Contudo, vale ressaltar que as Tecnologias não podem ser vistas como um fim em si mesmas, pois se utilizadas sem intencionalidade pedagógica podem contribuir negativamente. Desse modo, a formação continuada em relação ao uso desses recursos é fundamental para a operacionalização de uma mediação pedagógica coerente, que resulte em uma prática significativa.

O que nos leva a refletir sobre a disponibilização desses recursos nas escolas e da formação dos docentes para tal. Demonstra ainda a necessidade de expandir o conhecimento sobre o uso da Tecnologia Assistiva, destacando a necessidade e importância de investimentos tanto em formação de professores quanto em recursos materiais referentes ao seu uso no contexto escolar e a efetivação do que está posto em lei sobre o tema.

Conclusão

Frente ao exposto, os desafios apresentados no atual contexto escolar, nos remete a busca de outras alternativas de ensino-aprendizagem que tragam resultados mais satisfatórios para um público cada vez mais heterogêneo. Nesse sentido, diante das políticas de Educação Inclusiva a Tecnologia Assistiva se apresenta como uma alternativa viável ao atual cenário educacional, tendo em vista a dinamicidade metodológica que a mesma oferece.

Referências

ALMEIDA, Fernando José de. JÚNIOR, Fonseca Moraes Fernando. **Projetos e ambientes inovadores**. Série de estudos. Educação a Distância. Brasília: MEC/SEED, 2000.

ARAÚJO, Rosana Sarita. de. **Contribuições da Metodologia Web Quest no Processo de letramento dos alunos nas séries iniciais no Ensino Fundamental**. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.). *Vivências com Aprendizagem na Internet*. Maceió: Edufal, 2005.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Tecnologia e Educação. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf, acesso 24 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: MEC/SEESP, 2015. Disponível em: L13146, acesso em 15 de janeiro de 2022.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em https://BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (mec.gov.br), acesso em 15 de janeiro de 2022.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **A incorporação das tecnologias na educação especial para a construção do conhecimento**. In: SHIRLEY SILVA MARLI VIZIM (ORGS.) *Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 57-84.

CONTE, Elaine; LIANE, Maiane Hatschbach Ourique.; BASEGIO, Antônio Carlos. **Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade**. Educação em Revista Belo Horizonte n.33, 2017.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTO, Claudia Regina Mosca., POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusivas. In: GIROTO, Claudia Regina Mosca., POKER, Rosimar Bortolini.; OMOTE, Sadao (org.) **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, 238.p.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KOHN, Karen; MORAES, Cláudia Herde de. **O impacto das novas tecnologias na sociedade**: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. Intercom, Santos, p.1 – 13, setembro, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudia-Moraes-2/publication/238065799_O_impacto_das_novas_tecnologias_na_sociedade_conceitos_e_caracteristicas_da_Sociedade_da_Informacao_e_da_Sociedade_Digital1/links/58f409060f7e9b6f82e7c45c/O-impacto-das-novas-tecnologias-na-sociedade-conceitos-e-caracteristicas-da-Sociedade-da-Informacao-e-da-Sociedade-Digital1.pdf, acesso 02 de maio de 2022.

LAKATOS, Eva Maria. e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 4.ed.rev.e amp. São Paulo: Atlas, 2001.

MANZINI, Eduardo José; SANTOS, Maria Carmem Fidalgo Santos. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência - recursos pedagógicos adaptados**. v.1 Brasília: MEC, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAN, José Manuel.; MASSETO, Marcos Tarcísio; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

PASINI, Juliana Fatima Serraglio. **Tecnologias digitais e a educação inclusiva**. – Indaial: UNIASSELVI, 2020.

PORTO, Tania Maria Esperon. **As tecnologias de comunicação e informação nas escolas: relações possíveis... relações construídas.** São Paulo: Saraiva, 2006.

PELOSI, M. B.; Nunes, L. R. **Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 15, p. 141-154, 2009.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **“Escola Virtual” para a Educação Especial: ambientes de aprendizagem telemáticos cooperativos como alternativa de desenvolvimento.** Revista de Informática Educativa, Bogotá/Colômbia, UNIANDES, 10(1): 115-138, 1997.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Orgs.). **Tecnologias Digitais na Educação.** Campina Grande: EDUEPB, 2011.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE DISCURSO TECNOLÓGICO E DA PROPOSTA DE HOMESCHOOLING NO CAMPO EDUCACIONAL

Alexandre Dijan Coqui

Doi: 10.48209/978-65-5417-012-2

A Virtualização dos Espaços e as Mudanças no Comportamento Humano

O verbete “tecnologia” no contexto atual foi fortemente utilizado na educação durante a pandemia e, não apenas nesse contexto pandêmico, há décadas ouve-se falar em tecnologias nas escolas. Pierre Lévy argumentava a relação da educação e o uso das tecnologias digitais e como manter as práticas pedagógicas nas escolas diante do avanço no conhecimento digital “Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e sobretudo os papéis de professor e de aluno” (LÉVY, 1999, p. 172).

Em 2012 o mesmo autor em uma reportagem na Universidade Globo sobre a relação entre a educação e a era digital destacava: “Não há tecnologia especial para aprender. A melhor tecnologia é o compartilhamento de conhecimento entre os estudantes. O aprendizado é algo que faz parte desta escola social” Globo (2012), outros pensadores há décadas auxiliaram para fundamentar a produção teórica e prática da inovação tecnológica na educação (PAPERT, 1980; CASTELLS, 2002).

Porém, Freire (2002), não era contra a tecnologia educacional, mas questionava a importância da luta contra as transgressões que minimizam os seres humanos e os dividem entre a maioria que sofre com o descaso social e uma minoria que usufrui de benefícios, considerava como uma maioria formada por uma minoria e, nesse contexto, interpelava sobre o avanço da ciência e da tecnologia de forma a não poder legitimar que uma minoria possa ter acesso e esbanjar benefícios enquanto a maioria tem dificuldades para sobreviver, o pensamento de Freire aproxima com as questões discutidas no discurso sobre o *homeschooling* no Brasil e a quem se destina essa modalidade e quem terá acesso a ela.

O ponto de partida para os debates sobre as tecnologias e sua influência no comportamento humano e nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, pode ser reduzido no pensamento de Di Felice (2020, p. 27), “O mundo que habitamos não é mais apenas aquele físico e visível, mas um conjunto complexo e inseparável de mudanças e combinações informativas e materiais ao mesmo tempo. Um infomundo. Uma rede de redes”.

O mundo virtual ou a virtualização dos espaços, segundo as considerações que Pierre Lévy (1996) levanta entre o virtual e o real é a chave para o entendimento do conceito de virtual e o desprendimento do aqui e do agora, a partir do

momento que um indivíduo ou um grupo virtualiza uma informação eles desligam-se do espaço-tempo, não que estejam completamente desassociados deste espaço-temporal, pois utilizam uma plataforma real para inserir a ação, entretanto, ao inseri-la em uma plataforma e disponibilizá-la na nuvem, passa do real para o virtual.

A essência do virtual, ainda apresentada por Lévy (1996), é como esse se concretiza. O usuário ao ter acesso a essa informação, mesmo que o espaço-tempo da inserção do objeto seja muito diferente do espaço-tempo de acesso, são momentos diferentes com a mesma referência e, por conseguinte, novas interpretações discursivas, mas no instante que o dado é impresso, por exemplo, ele se concretiza, mas permanece virtual, pois não se transfere para o papel e apaga no espaço da web, ao contrário, continua disponível para o mesmo usuário ou outros.

Dentro desse conceito sobre a virtualização e a evolução tecnológica, podemos associá-la ao conceito de mudanças de paradigmas, expressão muito usada por estudiosos, principalmente na educação. Mas o que realmente é mudança ou mesmo paradigmas? A tecnologia e as mudanças na educação diante do contexto da pandemia causada pelo Covid-19 será uma grande mudança nos paradigmas educacionais?

Entre tantas concepções sobre paradigmas, Kuhn (2018), de forma simples define que a ciência desenvolve-se em torno de criação e abandono de paradigmas, são modelos adotados por estudiosos na comunidade científica, no entanto, após um período de estabilidade de opiniões em relação a um objeto de estudo ou tema, o paradigma até então aceito por um grupo pode ser questionado, nesse momento o paradigma não é abandonado, mas a procura para resolver tal questão emerge um novo paradigma, não sendo melhor que o anterior, mas que atende uma necessidade específica.

Um exemplo interessante apresentado por Kuhn é o estudo do físico:

(..) cada membro desse grupo aprende determinadas leis (por exemplo, as da mecânica quântica), é a maior parte deles as empregam em algum momento de suas pesquisas ou tarefas didáticas. Mas nem todos aprendem as mesmas aplicações dessas leis e por isso não são afetados da mesma maneira pelas mudanças na prática da mecânica quântica (KUHN, 2018, p. 124).

É interessante observar que as mudanças nos paradigmas não afetam necessariamente a todos da mesma forma. Assim, no processo de evolução da web e como incorporamos essas mudanças podem ter nos afetado e modificado paradigmas sem que percebêssemos, estamos tão envolvidos no mundo tecnológicos que pensar em mudanças de uma Web 1.0 para 3.02, é para muitos uma evolução que modificou nossos comportamentos sem questionamentos, um processo de aceitação natural da evolução.

Uma mudança de paradigma citado por Di Felice (2020), é o fato da telecomunicação sem fio, uma variedade de coisas e objetos, próprio do conceito em inglês *Internet of Things*, a partir do instante que as coisas são etiquetadas digitalmente, as mercadorias tornam-se objetos comunicantes, objeto físico e virtual ao mesmo tempo, nos dados virtuais contém todas as informações necessárias ao consumidor e ao proprietário da empresa que possui controle do estoque entre tantas outras possibilidades para a comunicação entre o produto, serviço e consumidor.

Para compreender melhor, criamos um esquema estrutural diante das mudanças no contexto educacional brasileiro diante da pandemia causada pelo Covid-19.

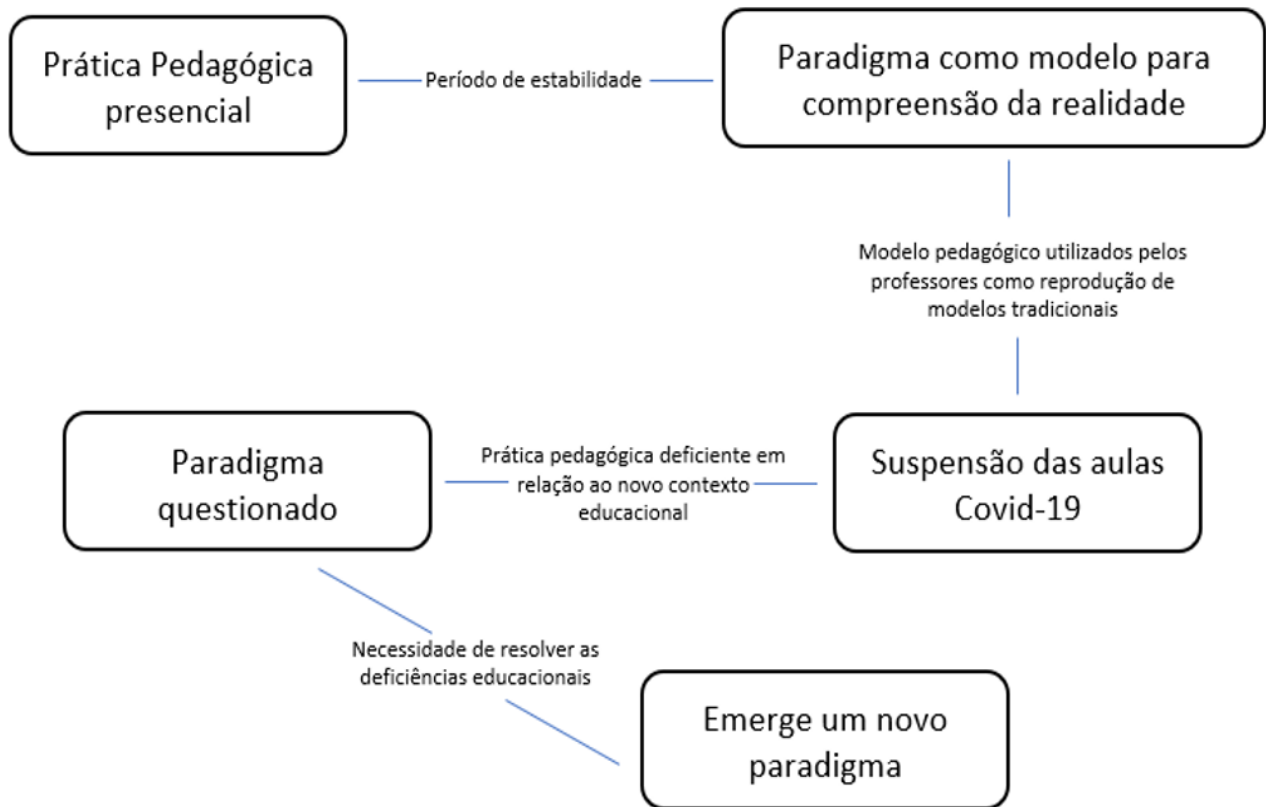


Figura 1. Esquema estrutural baseado na concepção de paradigma segundo Thomas S. Kuhn.

Os objetos passam a comunicar e surge o paradigma da materialidade:

Não se trata apenas do tradicional poder comunicativo das coisas, nem dos aspectos performativos da mercadoria. Trata-se de um novo tipo de matéria informatizada, nem apenas física, nem apenas informação, mas transorganizadamente comunicante enquanto parte e membro de uma nova ecologia informativa” (DI FELICE, 2020, p. 31-32).

Na educação com a suspensão das aulas em 2020 causada pelo agravamento do contágio do Covid-19, muitos comentários surgiram ao longo do tempo sobre as mudanças de paradigmas na educação com o ensino remoto e o ensino híbrido, enfim, uma perspectiva de mudanças. No entanto, confundiu-se essa modalidade de ensino com ensinar remotamente transpondo para a tela uma aula presencial e nos formatos convencionais. O ensino híbrido, por exemplo, é o uso das tecnologias, da mesma forma que o sistema bancário, onde um aplicativo ins-

talado no celular resolve quase todos os problemas, a intenção é deixar o cliente o mais independente possível da agência física e, no ensino remoto o pensamento é fazer com que o aluno seja independente na busca do conhecimento e o professor mediador e facilitador nesse processo (BACICH, ADOLFO e TREVISANI, 2015).

Não se pode falar em mudanças de paradigmas enquanto o professor ainda pensar em tecnologias como algo distante de sua prática, sem mudanças no comportamento pedagógico, mas a tecnologia a serviço da educação, para os autores o ensino híbrido é a personalização da tecnologia na educação, não há como separar esses elementos: “Crianças e jovens estão cada vez mais conectados às tecnologias digitais, configurando-se como uma geração que estabelece novas relações com o conhecimento e que, portanto, requer que transformações aconteçam na escola” (BACICH, TANZI NETO e TREVISANI, 2015, p.47).

Se as mudanças educacionais dependessem apenas da passagem do presencial para o remoto, a mudança para uma modalidade no ensino híbrido, ou mesmo, o uso das tecnologias em toda sua plenitude, seria uma tarefa fácil de executar, porém: “essas alterações dependem de pessoas que foram educadas de forma incompleta, com competências desiguais, valores contraditórios e práticas incoerentes com a teoria” Bacich, Adolfo e Trevisani (2015, p. 43) e, acrescenta-se as dificuldades de acesso à tecnologia e a internet, aliada às questões econômicas e sociais que muitos professores e alunos vivem no Brasil.

A modalidade *homeschooling* como proposta no Brasil vai encontrar essa realidade. Os professores ou tutores que vão conduzir essa educação são fruto desse sistema educacional fechado em uma educação de professor e aluno numa relação de transmissor e receptor do conhecimento. A tecnologia na educação é uma mudança de paradigmas, no entanto, ainda não houve essa mudança na mentalidade de muitos profissionais e a esfera governamental ou não tem noção da

realidade enfrentada pela maioria da população, na verdade uma maioria formado por minorias, Freire (2002), ou alia-se a elite nacional para resgatar a postura ultraliberal e pensar na liberdade em detrimento da igualdade.

A Tecnologia a Serviço da Manipulação e do Controle Social

Ao iniciar a discussão sobre tecnologia como manipulação e controle social, faz-se necessário compreender que etimologicamente o termo tecnologia apresenta dois radicais: *tecn(o)* do grego *Techon*, significa “arte, habilidade” e *Téchné* usado, usado para designar uma certa habilidade no que se faz (CUNHA, 2007, p. 759; MORA, 1990, p. 2029).

Na tradição Grego-romana o mito de Prometeu, primo de Zeus e filho de um Titã, não apenas entregou o fogo ao homem, mas ficou conhecido como o benfeitor da humanidade, a partir do momento que o homem domina o fogo, ele domina a natureza e, conseqüentemente desenvolvem tecnologias a partir desse elemento (ROSSI, 1960, p. 166; GRIMAL, 2005, p. 396).

Tecnologia relaciona-se então a produção moderna e na palavra inglesa “*technology*”, porém, não pode ser entendida de forma simplória como ferramentas e artes, ou mesmo as máquinas na revolução industrial e os processos de produção na modernidade, mas o trabalho do homem para satisfazer seus desejos e a ação dos indivíduos sobre um determinado objeto, assim, a tecnologia é um conjunto de princípios essencial para o conhecimento humano e, por conseguinte, os mecanismos e articulações do processo tecnológico constituem um caráter cultural (GAMA, 1986; HARVEY, 1992).

Os chineses já desfrutavam da impressão, pode-se dizer que a prensa foi uma técnica chinesa, há mil anos, porém, Gutenberg desenvolveu a tecnologia da

impressão e revolucionou o mundo. Foi na arte da impressão que o conhecimento foi disseminado para todos, não apenas a liberdade, mas o conhecimento como igualdade e opondo-se a um sistema opressor. A Igreja era a única detentora de muitos conhecimentos tanto os livres para serem disseminados na sociedade cristã pelo clero, como os proibidos, como no filme *O nome da rosa*¹ (BRIGGS e BURKE, 2006).

Seguindo a evolução tecnológica, o contexto atual, da luta presidencial no Brasil travada nas redes sociais, os movimentos terraplanistas, antivacinas e as polêmicas em torno da homofobia e xenofobia e, por último, e tão letal quanto os anteriores a pandemia do Covid-19, o discurso em todos os sentidos sobre a tecnologia voltou ao vocabulário de muitos. Para esse, tema cabe aqui utilizar, sendo o nosso interesse no termo tecnologia, são as “tecnologias cognitivas e das arquiteturas digitais de interação, compostas por redes de dados e por diferentes tipos de inteligência”, que mudaram nossos comportamentos diante da realidade e da interação entre os indivíduos (DI FELICI, 2020, p.10).

A proposta aqui é dissertar sobre essa tecnologia cognitiva e digital. Se por um lado a tecnologia presta serviço à educação como forma de ampliar a independência de alunos e professores, por outro, tem o poder de manipular e influenciar nossas ações e comportamentos. Ao pensar nas metodologias ativas a tecnologia digital na escola pode ocorrer de duas formas: “a partir das tecnologias como foco de estudo, como apoio a uma prática pedagógica e como recurso ubíquo da sociedade atual, que causam grande impacto nas relações sociais e profissionais”. (MENDONÇA, 2018, p.106).

A questão está em como essa tecnologia da informação e comunicação consegue influenciar nossos comportamentos e como o falso discurso se traves-te de verdade? Frederico Finchelstein, transcreve três discurso políticos que in-

1 O nome da rosa, filme produzido em 1986 dirigido por Jean-Jacques Annaud e estreado em 1986.

fluenciaram nações e culminaram em um desastre histórico: “O que vocês estão vendo e o que vocês estão lendo não é o que está acontecendo” (Donald J. Trump, 2018); “Desde então, uma luta entre a realidade e a mentira tem sido travada. Como sempre, dessa luta, a verdade sairá vitoriosa” (Adolf Hitler, 1941); “Você deve acreditar em mim porque estou acostumado - esse é o sistema da minha vida - a dizer, sempre e em todo lugar, a verdade” (Benito Mussolini, 1941), todas falsas verdades a serviço a violência e podem ser tratadas em estudos mais detalhados pela análise de discurso (FINCHELSTEIN, 2002, p. 15).

Não é difícil de relacionar essas falas aos discursos na realidade brasileira, de maneira factual a sequência dos acontecimentos leva a outras verdades. Mas como disseminam todas as informações que manipulam a opinião pública, mudam nossos comportamentos e controlam a sociedade?

Da Empoli (2020, p.44), ao tratar dos fundadores do Movimento cinco estrelas², na Itália, entre o comediante italiano Beppe Grillo e Gianroberto Casaleggio “A política não me interessa (garante). O que me interessa é a opinião pública”, aqui está o início do movimento cinco estrelas que iniciará uma democracia direta com o uso da internet. Conhecer e reconhecer a opinião pública para direcionar as falas e as ações políticas para absorver o maior número de leitores e adeptos.

“Somos criaturas sociais, e nosso bem-estar depende, em boa parte, da aprovação dos que estão em volta. Ao contrário dos outros animais, o homem nasce sem defesas e sem competências e continua assim por muitos anos. Desde o início, sua sobrevivência depende das relações que ele consegue estabelecer com os outros. O diabólico poder de atração das redes sociais se baseia nesse elemento primordial (...) E isso transforma literalmente as relações que as pessoas têm entre si e com a sociedade como um todo” (DA EMPOLI, 2020, p. 75).

2 O movimento cinco estrelas autodefinem-se como um não partido italiano e tem por finalidade deslocar os partidos tradicionais e colocar cidadãos comuns no poder, uma democracia direta do uso da internet.

Enquanto a tecnologia digital e em rede estabelece conexões entre o desejo e o controle, a mídia é o conjunto de todos os meios de comunicação e em diversas plataformas, não apenas na internet. A mídia busca tornar público aquilo que está oculto. A democracia nasce dessas contradições e quanto maior o acesso à informação maior será o processo democrático, porém, a informação é uma tomada de posição parcial e nem sempre é a verdade concreta, tudo depende de como é relatada e, não podemos esquecer, que a mídia, seja por qualquer canal de transmissão, tem um valor comercial e interesses econômicos e políticos (CHARAUDEAU, 2019).

Só conseguimos ver o poder da informação quando ela se espalha de tal forma que fica impossível de contradizê-la, por mais argumentos que existam a disseminação de uma falsa informação consegue extrair o pior dos homens. No Brasil, no contexto do vírus da Zika através do Youtube foram disseminados vídeos conspiracionistas com a evidência de complôs das ONGS para exterminar as populações mais pobres (DA EMPOLI, 2020).

O site G1 em fevereiro de 2021 noticiou os perigos dos falsos conteúdos em oposição a vacina contra o Covid-19 disseminados na internet pelo movimento antivacina, com casos fictícios de morte, riscos dos imunizantes, teorias da conspiração aumentam o volume de desinformação, conforme projeto ligado a USP. Entre os perfis com falsas informações destaca-se o suposto perigo da vacina com 45,1%, em seguida, teorias da conspiração com 19% dos *posts* (TIENGO, 2021).

A BBC News noticiou que o movimento antivacina na França onde há protestos contra a vacina e os representantes do movimento falsificam atestados e atacam postos para ameaçar o avanço da vacinação, há uma rede de informações que utiliza principalmente a internet e aliciam pessoas que acreditam sem sequer confirmar as informações (FERNANDES, 2021).

A questão baseia-se nos algoritmos das plataformas. Enquanto algoritmo como termo matemático e da ciência da computação refere-se a: “sequência finita de ações executáveis que visam obter uma solução para um determinado tipo de problema” segundo Silva (2021, 08 seg.). A internet é “responsável por 70% dos vídeos assistidos, foi concebido para impulsionar o público na direção dos conteúdos mais extremos, maximizando o nível de engajamento até o seu limite”, ou seja, ao procurar informações sobre a vacina contra o Covid-19 o usuário será encaminhado para o movimento antivacinas. Essa foi a forma utilizada nas eleições no Brasil em 2019 com a geração de extrema-direita que utilizaram esses algoritmos da plataforma para multiplicar a visibilidade de seus vídeos e aumentar seus faturamentos (DA EMPOLI, 2020).

Ainda segundo Da Empoli, os comunicadores a serviços de candidatos ultranacionalistas utilizaram desses recursos até o limite possível para comprar milhares de números telefônicos para disseminar quem utiliza o *WhatsApp* com mensagens e *fake News*, aumentando o controle da sociedade e manipulando a opinião pública, conhecido como robôs ou *bots*, são aplicações autônomas que rodam na internet e realizam tarefas pré-determinadas. Uma vez que, um usuário ao receber uma *fake News*, automaticamente dissemina para sua rede de contatos, o princípio é o mesmo da disseminação do vírus da Covid-19.

A manipulação da opinião pública através dos algoritmos e de toda a arquitetura da rede a serviço dos interesses políticos controlam nossas ações sem que percebamos, sobretudo em uma sociedade no limite do caos, basta uma fagulha para incendiar uma floresta.

“Uma vez liberada a cólera, passa a ser possível construir qualquer tipo de operação política. ‘Descubra porque as pessoas estão enraivecidas, diga a elas que a culpa é da Europa, vote e a falaza votar pelo Brexit’³, foi assim que um dos engenheiros do caos resumiu a estratégia, elementar e terrível, de uma

3 Brexit é uma abreviação de British exit, saída britânica, ao falar da decisão do Reino Unido de deixar a união Europeia.

campanha referendária que parecia fadada ao fracasso. ‘Deixe-me ser o porta-voz da sua ira’, foi com essa mensagem que o candidato mais improvável da História tomou a Casa Branca” (DA EMPOLI, 2020, p. 90).

A partir das questões apresentadas construímos uma representação para compreender de forma mais clara como a estratégia de manipulação da opinião pública é organizada para a construção de um novo modelo político-ideológico.

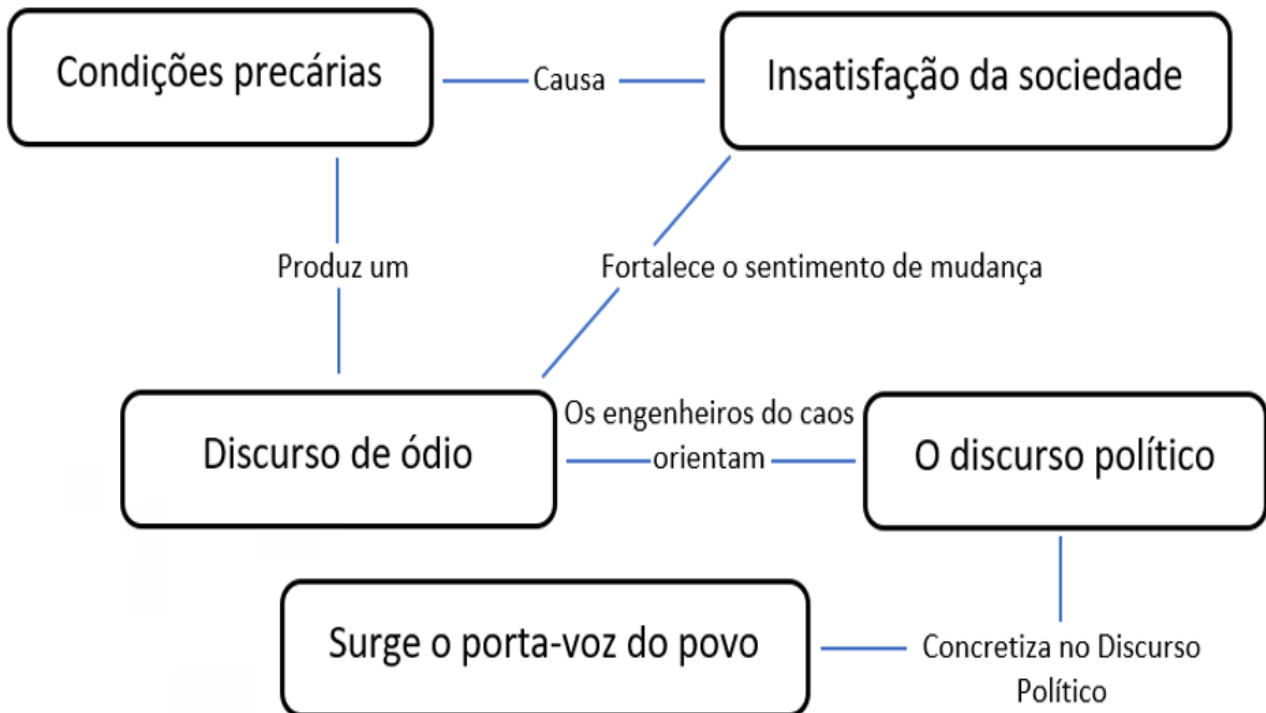


Figura 2. Esquema estrutural na construção do discurso político na manipulação da opinião pública a partir da insatisfação social.

Portanto, a contextualização do poder tecnológico digital e das mídias instiga e direciona o usuário a tomada de decisão e vislumbra com esse discurso de ira e de reforma através da intolerância como se fosse a solução de todos os problemas e são facilmente influenciados pelo ódio e pelo medo.

Sintaticamente, justifica-se um olhar atento diante das informações que chegam até os usuários como sendo a fórmula para resolver os problemas sociais, nisso enquadra o *homeschooling* que deve ser visto, não como a salvação da educação brasileira, poucos diante da população de estudantes no Brasil terão

condições econômicas, culturais e sociais para essa modalidade, há necessidade de conhecer as entrelinhas do projeto, foco desta pesquisa. A questão não é apenas o ensinar em casa, mas todo o conjunto político ideológico de um país governado por uma extrema-direita ultraliberal. Há ponderações a serem feitas sobre o ensino domiciliar, necessário para um debate muito mais preciso e rigoroso sobre o tema, desviando do poder político-ideológico em manipular uma sociedade desinformada).

Notas Conclusivas

A formatação desse artigo, nos faz transcrever o pensamento de Bucci (2021, p. 228-229), de forma literal.

A tese de que a ideologia domina por ser vazia de conteúdos pode soar extravagante, mas é a receita justa para o funcionamento de um sistema que aninha sujeitos vazios de sentido. O fato de a ideologia vir sobrecarregada de certezas não implica que suas certezas venham sobrecarregadas de conteúdo. O tom assertivo – e vazio – é seu conteúdo. A ideologia diz alguma coisa sobre um tópico hoje e outro amanhã. É como o flâneur⁴. A nenhum dos tópicos pertence. Nenhum deles a contém. Para ela, não importa o que se diz, mas como se diz. O como é a certeza.

Essa, talvez, seja a conclusão mais óbvia. Um emaranhado de certezas vazias e discursos repletos de manipulação da opinião pública, que nem entende e desconhece o termo *homeschooling*, a não ser uma parcela da sociedade que deseja usufruí-lo legitimamente, manifestando o direito à escolha e o desejo de criar seus filhos em crenças e valores consideradas o pilar da sociedade.

Nessa propensão na análise de discursos vazios de conteúdo, mas cheio de informações manipuladoras e, principalmente, como é dita as palavras no discurso, mas como ação constitutiva do ser e do sentido, estabelece relações dentro

4 Flâneur – é um substantivo francês, que significa errante, vadio, caminhante ou observador.

da linguagem e controla, organiza e redistribui o espaço social como invocando a população ao bem maior, esse está sendo o discurso em torno do *homeschooling*, como se essa modalidade fosse o ponto de libertação de sujeitos oprimidos por um sistema, enquanto, que ao concluirmos essa análise observamos que é o contrário, mas o ponto de ascensão de uma classe em detrimento dos mais desfavorecidos economicamente e que formam a maioria da população.

É até certo ponto engraçado o trocadilho feito em torno do discurso sobre educação domiciliar. Uns defendem os adeptos ao *homeschooling*, dando a eles o título de minoria que precisa ser ouvida para ter seus direitos garantidos, enquanto uma maioria que representa os excluídos e marginalizados na sociedade são, na verdade, os que precisam ser ouvidos. Troca-se o sentido da natureza da palavra. Para uma pedagogia que liberta com consciência política na verdade só pode ser escrita concatenada à liberdade do oprimido, Freire estava consciente de suas palavras e enxergava de fato que são essas minorias.

O objetivo do olhar sobre as lutas de classe, a análise do discurso político e os interesses dos que pregam, mesmo que de forma implícita, um sistema neoliberalista e nos faz compreender o seu posicionamento a favor do *homeschooling*, muito além do direito das famílias, como um cenário construído em torno de um conceito que na verdade sobrepõe aos interesses da sociedade, mas ao interesse político-ideológico. E, nosso intuito, nesse primeiro momento, foi observar a essência desse discurso no virtual, o acesso a informações, seja ela uma *Fake News* ou uma verdade a partir do ponto de vista do narrador, mas que no virtual, seja no espaço-tempo de sua publicação ou no acesso, momentos diferentes e percepções diferentes, são conclusão e interpretações que podem sofrer mudanças com o tempo, qualquer informação inserida na web fica disponível e se transforma com o tempo e com os novos leitores.

Por fim, o ciclo se fecha na impossibilidade de mudanças de paradigmas enquanto a educação não deve ser vista apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas enquanto espaço de valores sociais, formação de um indivíduo que respeita as diferenças e sabe encontrar-se no mundo, da mesma forma, que as tecnologias possam ser vistas como elemento que produz sentido se for filtrada, saber diferenciar a verdade da não-verdade, vinculadas aos interesses políticos. Essa é a essência do fazer e viver educação.

Referências

BACICH, Lilian. TAZI NETO, Adolfo. TREVISAN, Fernando de Mello. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2 ed. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Bucci, Eugênio. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. Belo Horizonte: Autênciã, 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. 3 imp. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela M. S. Coorêã. 2 ed. 4 imp. São Paulo: Contexto, 2019.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2020. (Coleção Cidadania digital).

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Trad. Arnaldo Bloch. 3 reimpr. São Paulo: Vestígio. (Espírito do Tempo).

FERNANDES, Daniela. **Covid: os antivacinas na França que falsificam atestados, atacam postos e ameaçam avanço da imunização**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58054653>. Acesso em:

FINCHELSTEIN, Federico. **Uma breve história das mentiras fascistas**. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1986.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Trad. Vitor Jabouille. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2018. (Debates;115).

LÉVY, Pierre. **O Que é Virtual?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Trans).

MENDONÇA, Helena Andrade. Construção de jogos e uso de realidade aumentada em espaços de criação digital na educação básica. In: BACICH, Lilian. MORAN, José. (Orgs.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 106-128.

PAPERT, Seymour. **Mindstorms: Children, computers, and powerful ideas**. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1980.

RONCHI, I. Z., TEIXEIRA, J. S. **A inconstitucionalidade do Homeschooling no Brasil**. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/5861/5276>> Acesso em 10 de mai. De 2020.

ROSSI, Paolo. **Los filósofos e las máquinas**. (1400-1700). Barcelona: Labor, 1960.

SILVA, Adriana. **O que são Algoritmos**. 1 vídeo (6min 54 segs.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juNpXI7u3AA>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, A.C.M., CERQUEIRA, S.A. **O ENSINO Doméstico ou Homeschooling como Crime De Abandono Intelectual no Brasil**. Disponível em: < <http://periodicos.estacio.br/index.php/e-revistafacitec/article/viewFile/7358/47966228>> Acesso em 10 de mai. De 2020.

TIENGO, Rodolfo. **Conteúdo falso antivacina cresce 131% em rede social com início da imunização contra Covid, aponta projeto ligado à USP**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/02/26/conteudo-falso-anti-vacina-cresce-131percent-em-rede-social-com-inicio-da-imunizacao-contracovid-aponta-projeto-ligado-a-usp.ghtml>. Acesso em: 13 mai. 2021.

CAPÍTULO 3

A CRISE DO ENSINO DO DIREITO E AS METODOLOGIAS ATIVAS: RELATO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA COM PROTAGONISMO DOS ALUNOS NA PANDEMIA

Raquel von Hohendorff

Doi: 10.48209/978-65-5417-012-4

Introdução

Estamos em 2022. O Planeta Terra está tentando vencer de vez a pandemia de Covid-19. A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi capaz de destruir incontáveis vidas, economias, deixando um lastro de solidão e medo por onde passou, e, mais ainda, fazendo pairar a dúvida: qual será o futuro? Os desafios impostos por esta pandemia já foram totalmente compreendidos? Mais de 660 mil mortes apenas no Brasil...

Mas, ainda em 2022, aprender Direito é associado, equivocadamente, a conhecer regras e princípios. O Direito tem sido tradicionalmente ensinado de

forma meramente expositiva, sem estímulos à interação e, dessa forma, dificulta a efetiva construção do saber, eis que acaba por se reduzir à imposição de um conteúdo dogmático que mantém os estudantes inertes, sem maiores ações. Assim, na maioria das vezes, o tema e objetivo das aulas não ficam claros, e elas acabam por se tornar um verdadeiro monólogo, com base apenas nos textos legais vigentes.

Há muito que se fala na crise do ensino jurídico e ela segue causando preocupação. O ensino jurídico não tem exercido mais a sua função primordial, qual seja, a de aprendizagem, a qual não significa apenas professores discorrendo sobre determinado tema, mas alunos e discentes compreendendo, criticando e construindo de forma conjunta o conhecimento.

Para que o Direito consiga dar conta dos desafios trazidos pela pandemia de COVID-19 e as demais que virão, precisará demonstrar-se aberto a dois caminhos: perpassar outras áreas do conhecimento que poderão ajudá-lo a compreender a complexidade da realidade pandêmica; e permitir o ingresso de ideias vindas de outras áreas e saberes, começando pela forma que é ensinado e aprendido.

A elaboração deste artigo utiliza a perspectiva metodológica sistêmico-construtivista, considerando a realidade como uma construção de um observador. Trata-se de uma estratégia autopoietica de reflexão jurídica sobre as próprias condições de produção de sentido, bem como as possibilidades de compreensão das múltiplas dinâmicas comunicativas diferenciadas em um ambiente complexo, consoante Luhmann (2007).

Desta forma, este artigo trata de um relato de experiência sobre ensino jurídico na época pandêmica, utilizando uma espécie de metodologia ativa, objetivando desenvolver o protagonismo dos alunos em uma instituição comunitária de ensino superior na região metropolitana de Porto Alegre.

Poderia ser o Protagonismo dos Alunos uma Resposta à Crise do Ensino Jurídico?

Ao longo dos anos, pesquisas na área da educação têm se preocupado com o diagnóstico e a solução da crise do ensino do Direito. Apesar desta discussão e pesquisa contar com décadas de dedicação, esta crise permanece. A transmissão do conhecimento tem costumeiramente conservado o dogmatismo ainda dominante no pensamento jurídico. A ideia principal segue sendo de que o ensino é um simples processo em que cabe ao professor ensinar de qualquer modo e, ao aluno, apenas “aprender”, sem precisar, para tanto, pensar. Em consequência, ocorre uma falha abismal no processo educacional frente àquilo que deveria ser sua meta primordial: desenvolver o senso crítico e o pensar autônomo (MARQUES NETO, 2001. p. 209) - mas nunca solipsista.

Pensar o Direito a partir de uma perspectiva menos formalista e da necessidade de superação de um ensino excessivamente dogmático exige uma reflexão sobre a formação de habilidades e competências e implica na prevalência do desenvolvimento do raciocínio jurídico sobre fatos reais.

Entretanto, mesmo após anos e anos de ensino jurídico no Brasil, continua-se preso ao mesmo paradigma metodológico, que parece “dizer a verdade” ou “mostrar o caminho da verdade” aos educadores e educados, e em nada se evolui na forma de transmitir o conhecimento. Tal “método” é também responsável pelo atraso jurídico em que vivem os brasileiros. Neste sentido, Silva e Ruiz (2012, p. 5282) trazem considerações que nos interessam:

(...) o Ensino Jurídico atual traz uma reserva genética caracterizada por uma matriz curricular rígida e conservadora, capaz de formar um profissional retrógrado aos antigos pensamentos. Mesmo com um novo Estado, pós-ditadura militar e pré- Constituinte, a formação dos juristas e bacharéis tendem ao passado, não permitindo que o neófito possa melhor compreender o contexto social em que vive, nem tampouco propor modificações a esse sistema.

A formação acadêmica jurídica brasileira, ainda hoje, na maioria dos casos, consiste em repetir lições de manuais, discutir em sala de aula apenas as ementas das jurisprudências – sem analisar o caso originário (LUIZ, 2012) –, e apresentar aos alunos decisões judiciais que melhor convêm ao professor naquele momento, além de o profissional, que está ali para ensinar, limitar-se e transmitir o que leu nos códigos comentados (quando não se limita a apenas ler o artigo da lei). Desta forma, o ensino jurídico anda em sentido inverso a todas as conquistas jurídicas, e principalmente constitucionais obtidas.

Sabe-se que nem a tecnologia modificou muito o modelo de aula magistral. Streck (2010, p. 335) menciona que, em função de inovações tecnológicas, o professor se utiliza de *Power Point* ou de um *tablet*, sim, isso é verdade. Entretanto, a ideia segue a mesma: o “dominante do saber” lê para os alunos o que está escrito e projetado e estes apenas escutam e copiam – e em tempos de “modernidade”, a cópia é feita através de um *pen-drive*.

Mas e então, qual é a possível solução? O que fazer? Como combater um ensino bancário, em que o professor somente deposita e o aluno retira? Como colocar a realidade para dentro da sala de aula? Como fazer com que o aluno se envolva no processo de ensino-aprendizagem?

Uma possível resposta parcial a alguns dos questionamentos mencionados pode ser o uso de metodologias ativas.

As chamadas metodologias ativas de ensino, conforme Diesel, Baldez e Martins (2019), apesar de estarem em ampla evidência na atualidade, têm sido desenvolvidas e elaboradas em nossa educação desde a década de 1930, com o movimento da Escola Nova.

Este método ativo, ao contrário dos passivos tradicionais, parte da aplicação de teorias e práticas onde o protagonista é o educando. Para tanto, utiliza-se

a ideia de aplicação dos princípios da problematização da realidade, pensamento sistêmico, reflexão de forma a potencializar o protagonismo dos alunos na construção do conhecimento e na interpretação e intervenção na realidade – nesses termos, Diesel, Baldez e Martins (2019).

Bacich e Moran (2018, p. 78) compreendem as metodologias ativas como:

[...] práticas pedagógicas alternativas do ensino tradicional. Em vez do ensino baseado na transmissão de informação, [...] na metodologia ativa, o aluno assume uma postura mais participativa, na qual ele resolve problemas, desenvolve projetos e, com isso, cria oportunidades para a construção de conhecimento.

Um currículo bem-sucedido foca o desenvolvimento de habilidades críticas de sobrevivência, como liderar pela influência, nutrindo habilidades como agilidade, adaptabilidade, iniciativa, empreendedorismo, comunicação efetiva, pensamento crítico, análise, curiosidade e imaginação

Importante observar, ainda, que o *ato de aprender* é uma consequência de situações externas e apenas irá ocorrer quando existir, pelo sujeito, uma assimilação ativa. Logo, é atribuída a responsabilidade do processo de aprendizagem ao indivíduo que recebe este conhecimento. Nesse sentido, elucida Piaget (1972, p. 11): “Toda a ênfase é colocada na atividade do próprio sujeito, e penso que sem essa atividade não há possível didática ou pedagogia que transforme significativamente o sujeito”. Ainda, de acordo com Maturana e Varela (2002), a cognição é a ação efetiva, é o processo de acoplamento estrutural no qual faz emergir as interações com o mundo interno e externo.

Castanheira Neves (2003, p. 446) busca ressignificar o papel do professor no contexto em que ocorre o processo de ensino aprendizagem. Para ele o professor precisa ser um sujeito da cultura e um cientista e sua verdadeira função é resgatar a centralidade do aluno e a qualidade que o essencializa, não permitindo que a educação seja tratada como produto.

Após a breve contextualização, parte-se para o relato de experiência, objetivo principal do artigo.

Aplicando as Metodologias ativas no Ensino do Direito: relato de experiência com entrevistas realizadas pelos alunos

Objetiva-se com este artigo relatar a experiência como docente de Direito do Trabalho, área do conhecimento jurídico que é constantemente modificada por conta das diferentes crises que seguem assolando o país (sanitária, econômica e social). Desta forma, a docente tem utilizado algumas ferramentas de forma a estimular as *soft skills* em seus alunos. Aqui, quando se menciona *soft skills*, quer-se incluir habilidades de trabalho em equipe, de comunicação oral e escrita, ética, habilidades de gerenciamento de tempo, solução de problemas, pensamento crítico e liderança. E essas habilidades básicas são geralmente mais desenvolvidas por meio da participação ativa dos alunos, através do uso de metodologias ativas.

Assim, desde 2018, em suas atividades acadêmicas, a docente faz uso do método do caso como uma forma de considerar e estimular a capacidade de comunicação escrita e argumentativa dos alunos, uma das *soft skills* desejadas. Mas, em 2020, tudo mudou. No início do ano letivo o mundo se deparou com uma pandemia, um contexto que fez com que a universidade precisasse migrar rapidamente do ensino presencial físico para o ambiente remoto.

Além disso, a chegada do COVID-19 no Brasil provocou inúmeras alterações, como as Medidas Provisórias aplicadas às relações de trabalho, que promoveram, como exemplo, a flexibilização da jornada de trabalho, antecipação de férias, pagamento de abonos ao trabalhador, liberação de financiamentos ao empregador para pagamento da folha salarial e a manutenção dos postos de trabalho.

Ainda, os desafios das aulas presenciais no ambiente virtual exigiram uma formação docente qualificada, para auxiliar os professores a exercerem uma prática pedagógica que envolvesse maiores conhecimentos sobre as tecnologias digitais, que levasse os alunos a um aprendizado mais significativo e que atendesse às expectativas institucionais.

Diante desse contexto, foi construída uma atividade com os alunos que envolveu a realização de uma entrevista com um trabalhador/empreendedor/empregador, enfim, um ator do campo do trabalho, acerca das mudanças em sua vida ocasionadas por conta da pandemia de COVID-19. A atividade não tinha uma forma pré estabelecida e tampouco um roteiro, o que já exigiu dos alunos um protagonismo na construção da entrevista. Os entrevistados também não deveriam ser identificados, sendo solicitada apenas uma breve qualificação, como por exemplo, estagiário do Tribunal de Justiça, comerciante, profissional liberal, motorista da Uber...

A atividade foi proposta no início do semestre e buscava trazer à discussão as mudanças ocorridas na vida dos trabalhadores por conta da pandemia de COVID-19. Em termos brasileiros, referente às normas que caducaram, como foi o caso da MP nº 927, que não foi transformada em lei, bem como as medidas que converteram a MP nº 936 na Lei nº 14.020. Buscou-se trazer aos alunos um panorama das ideias e aplicações destas medidas no mundo do trabalho, objetivando uma melhor interpretação dos artigos mais polêmicos dos normativos emergenciais.

Após a realização das entrevistas, os alunos apresentaram suas impressões, e, a partir dessas, em aula síncrona, foram surgindo os debates sobre a importância de algumas medidas, sobre as consequências delas e sobre a forma como

elas foram elaboradas e continuadas ou não. A ideia era o desenvolvimento de habilidades de conversação, a criação de um roteiro de entrevista, bem como a de comunicação escrita e oral, ao realizar o relato. Ainda, alguns alunos optaram por realizar a apresentação por meio de *podcast* e de vídeos.

Pode-se perceber um maior empenho dos acadêmicos na realização da atividade da entrevista e um real interesse em apresentar seus resultados na aula síncrona, compartilhando experiências. O momento de apresentação dos relatos parecia uma sala de aula virtual da educação infantil, quando todos querem falar ao mesmo tempo, ansiosos pela divulgação do seu trabalho e em nada lembrava muitas salas de aula virtuais da educação superior, quando o professor fala apenas para “bolinhas” na tela...

A experiência demonstrou que foi possível, em sala de aula presencial remota, com aulas síncronas, via ferramentas digitais, a construção de um ambiente colaborativo, com a participação de todos os alunos, promovendo um fórum de discussão amplo e profícuo sobre as mudanças e impactos surgidos no Direito do Trabalho por conta da pandemia de COVID-19.

Ainda, a atividade com as entrevistas demonstrou que os acadêmicos se envolveram na realização do roteiro e na elaboração dos relatos, verificando, em cada caso concreto, a realidade daqueles trabalhadores, muitas vezes diferente da sua, e, com isso, a construção coletiva, através das apresentações dos casos, resultou em uma miríade de exemplos, que eu, como docente, sozinha, jamais teria condições de abordar.

Ensinar para Além da Dogmática: perspectivas teóricas para a formação em direito

Ainda, cabe lembrar que conhecer o humano não é separá-lo do Universo, mas situá-lo nele. E, para tanto, nada parece melhor do que o ensino baseado em casos, seja a utilização de casos em avaliações formativas e somativas, ou ainda de entrevistas que os alunos desenvolvam e apresentem para demonstrar e discutir a realidade. Mais do que isso, a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa: ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver e ensinar como se tornar cidadão. (MORIN, 2003, p. 65).

É preciso concordar com Paulo Freire (2007, p. 47) quando este afirma que saber ensinar deve ser aprendido pelo professor nas suas razões de ser, e isto deve ser testemunhado e vivenciado constantemente. Por isso, saber ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas sim criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

A aplicação de atividades a partir de casos concretos, de situações reais, atende à demanda por uma educação adequada ao desenvolvimento da aptidão geral para colocar e tratar problemas, partindo de princípios organizadores que orientem a ligação e atribuição de sentido aos saberes disponíveis. Tal se evidencia a partir da obra de Edgard Morin, em especial o livro “A cabeça bem-feita”, cujo título é inspirado em máxima proferida por Montaigne: “mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia”. (MORIN, 2003, p. 21).

Cabe mencionar, especialmente em se tratando de análise de metodologias de ensino, que uma cabeça bem-feita é uma cabeça apta a organizar os conhecimentos e, com isso, evitar sua acumulação estéril. Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos,

símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos. (MORIN, 2003, p. 24).

A hiperespecialização – e conseqüente fracionamento e compartimentação da realidade pela razão cartesiana, herança da modernidade, não mais alcança a complexidade dos problemas contemporâneos. Para tornar a educação campo propício à formação de profissionais capacitados para enfrentamento dos desafios do século XXI, é preciso desenvolver a aptidão para contextualizar os problemas e integrar saberes de origens disciplinares diversas. (MORIN, 2003, p. 15-16).

Assim, percebe-se que a reforma do pensamento é uma reforma não programática, mas paradigmática, que envolve a nossa aptidão para organizar o conhecimento. Este é um desafio prejudicial a qualquer outro, condição à resolução de problemas globais e complexos. E é isso que se busca ao trabalhar com casos em sala de aula, lembrando sempre que a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino. (MORIN, 2003, p. 15-16).

Dessa forma, existe a necessidade de se promover e desenvolver, em sala de aula, uma forma de pensar que:

[...] compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes [Pascal]; que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar; de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões; que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula); **que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade.** (MORIN, 2003, p. 88-89, grifos nossos).

Mas é preciso lembrar que há resistências inacreditáveis a essa reforma, a um tempo, una e dupla. A imensa máquina da educação é rígida, inflexível, fechada, burocratizada. Muitos professores estão instalados em seus hábitos e autono-

mias disciplinares (MORIN, 2003, p. 99). De forma a seguir e continuar com a ideia de promover a reforma na sala de aula, cabe lembrar os pontos essenciais da missão de ensinar:

- fornecer uma cultura que permita **distinguir, contextualizar, globalizar os problemas multidimensionais, globais e fundamentais**, e dedicar-se a eles;
- preparar as mentes para **responder aos desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano**;
- preparar as mentes para **enfrentar as incertezas** que não param de aumentar, levando-as não somente a descobrirem a história incerta e aleatória do Universo, da vida, da humanidade, mas também promovendo nelas a inteligência estratégica e a aposta em um mundo melhor.
- educar para a **compreensão humana entre os próximos e os distantes**; [...]
- ensinar a **cidadania terrena**, ensinando a humanidade em sua unidade antropológica e suas diversidades individuais e culturais, bem como em sua comunidade de destino, própria à era planetária, em que todos os animais enfrentam os mesmos problemas vitais e mortais. (MORIN, 2003, p. 102-103, grifos nossos).

Pode-se concluir que as cinco finalidades educativas estão interligadas e precisam de retroalimentação (a cabeça bem-feita, que nos dá aptidão para organizar o conhecimento, o ensino da condição humana, a aprendizagem do viver, a aprendizagem da incerteza, a educação cidadã).

Portanto, precisamos promover a ressurreição da cultura pela conexão entre as culturas científica e humanística, e contribuir para a regeneração da laicidade e o nascimento de uma democracia cognitiva. (MORIN, 2003, p. 103).

Edgar Morin (2000, p. 15) menciona que dos sete saberes necessários à educação no mundo, um deles diz respeito aos princípios do conhecimento pertinente. Sabe-se que há uma grande dificuldade de promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para, então, inserir os conhecimentos parciais e locais. A ideia hegemônica do ensino compartimentalizado, em disciplinas, dificulta a criação do elo entre as partes e o todo.

Desta forma, cabe aos professores trabalhar na construção de um modo de conhecimento que possibilite a apreensão dos objetos em seu contexto e complexidade, e mais do que tudo, em seu conjunto, ou seja, um olhar sistêmico, a partir da realidade, que permita a compreensão da realidade.

A experiência relatada neste artigo demonstra uma forma de ensino pensando em uma formação educacional mais ampla, preparatória para a cidadania, a partir de uma proposta dinâmica e alternativa, que promoveu o desenvolvimento de diferentes habilidades nos acadêmicos, contribuindo para a autoformação.

Conclusões

A universidade detém enorme papel educativo na formação dos cidadãos, pois não prepara apenas novos profissionais, mas sim gerações nas mãos das quais está o destino e a condução de nosso país e da nossa sociedade. As faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais devem formar pensadores e pesquisadores capazes de desvelar sentido e questionar autenticamente o que se faz com o Direito na sociedade, preparados para atuar em um mundo complexo e, para tanto, precisam utilizar práticas de ensino diferenciadas.

Percebe-se, ao longo da exposição, que se deve perder o receio de se utilizar metodologias que não são aquelas tradicionalmente usadas no campo do Direito. Voos metodológicos são necessários para que a Ciência do Direito supere seu anacronismo frente às demais ciências, conforme Gustin *et al.* (2012).

Assim, é preciso um Direito crítico, capaz de fazer leituras da realidade e apto a provocar as mudanças necessárias nesta realidade. Mas isso só acontecerá quando este ensino (leia-se, os educadores) souber despertar o desejo pelo saber e pela participação crítica e interativa dos alunos, peças elementares na construção de um novo modo de ensinar e aprender.

Somente com mudanças de mentalidade dos diferentes atores envolvidos no ensino jurídico este poderá deixar de ser apenas um ensino bancário, sem ação ativa dos alunos, e tornar-se uma atividade ligada à pesquisa e extensão, cumprindo com sua função social de transformar e melhorar a realidade, com construção conjunta de aprendizagem.

A responsabilidade do professor, em sua ação de gestor do coletivo nesse processo está relacionada diretamente a questões como liberdade, autonomia, ética, limites, inquietação pela busca do conhecimento e a busca contínua pela atualização.

A realização da atividade envolvendo entrevistas com trabalhadores das mais diversas áreas possibilitou uma interação entre os alunos, uma ampla e profunda reflexão acerca das diferentes realidades vivenciadas pelos entrevistados, evidenciando o necessário olhar sistêmico, ampliando a compreensão da realidade e possibilitando a construção de possíveis respostas aos problemas percebidos, contribuindo para a autoformação dos alunos, ensinando a viver, como bem menciona Morin.

Ao final, surge a conclusão, terminando, mas não exaustivamente encerrando a necessária imersão do Sistema do Direito na discussão sobre o ensino jurídico, lembrando das palavras de François Ost (1995, p. 389), que menciona que é necessário “[...] sobretudo, não concluir, resistindo à tentação da última palavra, esse traço feito no final de páginas acumuladas. Rejeitar esse desejo de encerramento que tranquiliza, julgando tudo reunir”.

Referências

BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. São Paulo: Penso, 2018.

CASTANHEIRA NEVES, Antonio. **Digesta: escritos acerca do Direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros**. Coimbra: Coimbra, 2003.

DIESESL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTIN, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 268-288, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUSTIN, M. B. S.; LARA, M. A.; COSTA, M. B. L. C. da. Pesquisa Quantitativa na produção de conhecimento jurídico. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 60, p. 291-316, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/186/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

LUHMANN, N. **La sociedad de la sociedad**. México: Herder, 2007.

LUIZ, F. V. **Teoria da Decisão Judicial: dos paradigmas de Ricardo Lorenzetti à resposta adequada à Constituição de Lenio Streck**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MARQUES NETO. Agostinho Ramalho. **Introdução ao estudo do direito: conceito, objeto, método**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. G. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2002.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO, 2000.

OST, F. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Traduzido por Paulo Francisco Slomp. *In*: LAVATTELLY, C. S.; STENDLER, F. Reading in child behavior and development. New York: Hartcourt Brace Jonovich, 1972. p. 7-19.

SILVA, A. B. da; RUIZ, I. A. O ensino jurídico de qualidade como forma de contribuir à realização plena do acesso à justiça. *In*: Encontro Nacional do CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: CONPEDI, 2010. Disponível em: <http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3845.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

STRECK, L. L. Aplicar a “letra da lei” é uma atitude positivista? **Revista NEJ – Eletrônica**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 158-173, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://blook.pt/publications/fulltext/516d3507523c/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

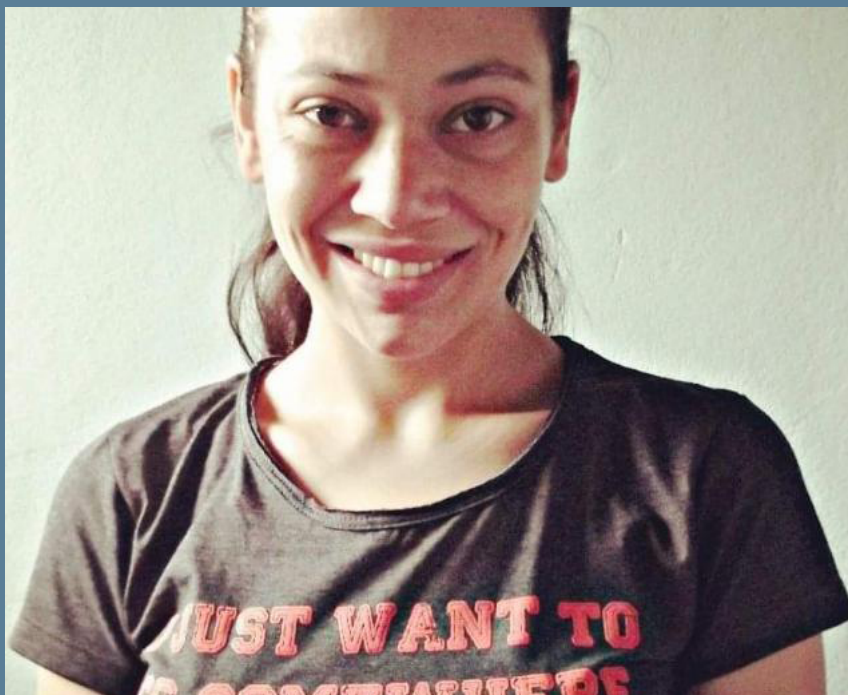
SOBRE OS ORGANIZADORES

Ivanio Folmer



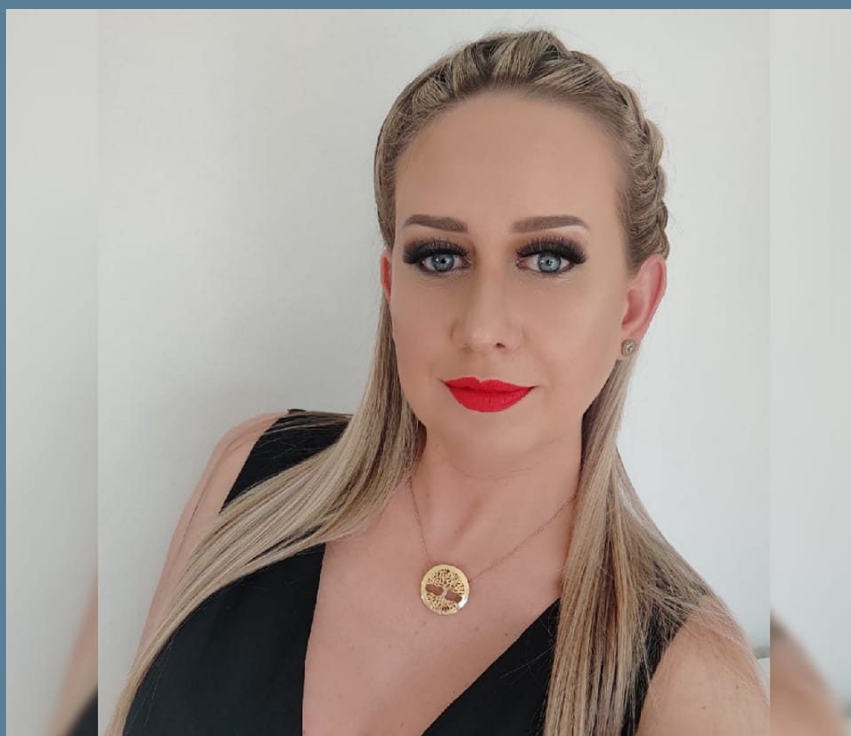
Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET.

Gabriella Eldereti Machado



É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

Liziany Müller



Possui Bacharelado em Zootecnia (2004) e Licenciatura pelo Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (2011) ambas pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado (2006) e Doutorado (2009) pelo Programa de Pós Graduação em Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria, Pós-doutorado em Zootecnia no Programa de Pós Graduação em Zootecnia na Universidade Federal de Santa Maria (2011). Já atuou como: Professora e Orientadora do Curso de Especialização em Tecnologia de Informação e Comunicação da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do campo-Residência Agrária; Professora e Orientadora do PPGTER - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede nível. Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professora Associada II, responsável pelo Laboratório Mediações Sociais e Culturais - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - Centro de Ciências Rurais - Universidade Federal de Santa Maria; Professora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Dijan Coqui

Ensaísta. Doutor em Ciências da Educação pela Absolute Christian University. Secretário Municipal de Educação do Município de Jacaraci - Ba e Coordenador do Polo UAB. Professor formado em Pedagogia e Letras. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Especialista em Ciências da Linguagem com ênfase em EaD pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especializando em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pós-doutorando em Ciências da Educação junto ao Programa da Universidad Martin Lutero. Participa do Grupo de Estudos Semióticos - USP/FFLCH. Sócio efetivo da ABRALIN - Associação Brasileira de Linguística. E-mail: drxandedc@gmail.com

Ana Darque Oliveira dos Anjos

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2016) e graduação em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (2013). Pós Graduanda em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

E-mail: anna-darckanjos@hotmail.com

Edilania Reginaldo Alves

É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri- URCA, possui licenciatura em Educação Especial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- FAVENI. Pós- Graduada em Docência com ênfase na Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais- IFMG. Especialista em Educação Especial Inclusiva com ênfase no AEE, pela Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN, em Libras pela Faculdade- União Cultural do Estado de São Paulo- UCESP/Intra Juazeiro, é Psicopedagoga. Pós Graduanda em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Tem experiência na área de Educação no Ensino Infantil, Fundamental, Educação Especial e Formação Continuada. Atua como professora de Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica desde 2013 e é membro do grupo de Estudos e Pesquisas na área do Atendimento Educacional Especializado- GEPAE da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: edilaniaalves@yahoo.com

Franciele Basílio de Souza

Sou graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus IX e participei de alguns cursos de extensão voltados para a inclusão de pessoas com deficiência e para a história e cultura afro brasileira e indígena. Em 2021 concluí o curso de especialização em Coordenação Pedagógica pela Uniasselvi. Atuo como Coordenadora Pedagógica de uma escola estadual da Bahia. Pós Graduanda em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. E-mail: fran_basilio29@hotmail.com

Lorena Brito Goes Vieira

Licenciada em Química pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Cruzeiro do Sul. Especialista em andamento em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Mestra em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática - UESC. Integrante do Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC). Desenvolve e possui interesse em estudos que discutem os seguintes temas: ensino de Ciências, ensino de Química, Formação de professores, Currículo, Tecnologias Educacionais e Biotecnologia. Professora formadora do curso de Especialização em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, professora do ensino médio e pesquisadora atuando na Iniciação Científica Júnior.

E-mail: lbvieira@uneb.br

Maiara Rodrigues Gama dos Santos Vasconcelos

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais de Valença (BA) (2014). Graduada em Língua Portuguesa (2020) e especialista em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (2019) pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeia e especialista em Psicopedagogia Institucional com Habilitação em Educação especial (2017) pela Faculdade INESP. Atualmente é professor primário atuando na Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Sento-Sé. Professora Horista do CEIMAQB - Centro Integrado Manancial Quilombola do Brasil e do INES - Instituto Nacional de Educação Superior. Pós Graduada em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

E-mail: maiaragv72@gmail.com;

Raquel von Hohendorff

Pós Doutora em Direito Público pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria - Espanha. Doutora e Mestra em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS/Brasil. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado - da UNISINOS Advogada e médica veterinária.

E-mail: rhohendorff@unisinors.br

Educação e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

Reflexões e Análises




 www.arcoeditores.com

 contato@arcoeditores.com

 [/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)

 [@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)

 (55)99723-4952

ARCO
EDITORES   